



A COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS: A Operação Quadro Regional RUP plus

GUADALUPE

MARTINICA

GUIANA

AÇORES

MADEIRA

ILHAS CANÁRIAS

REUNIÃO



Nord Est SUD Ouest
INTERREG III C



A ULTRAPERIFERIA

As nossas diferenças são semelhantes, reúne-nos

Açores, Canárias, Guadalupe, Guiana, Madeira, Martinica, Reunião: seis regiões insulares e uma região isolada no noroeste do continente da América do Sul, a milhares de quilómetros da Europa; umas banhadas pelo mar do Caribe, outras, pelos oceanos Atlântico e Índico; português, francês e espanhol, três línguas e três nacionalidades diferentes para um conjunto de regiões com direitos da União Europeia e que formam um grupo peculiar e bem definido inseridas no seu seio: as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Fisicamente afastadas e isoladas do mercado europeu, no entanto parte integrante da União Europeia, inseridas num contexto natural marcado pela insalubridade, o vulcanismo, o clima adverso e a proximidade a outros países terceiros menos desenvolvidos. Estas regiões têm em comum uma série de desvantagens: dependência económica externa, custos suplementares devido ao afastamento e insalubridade, reduzido tamanho e exiguidade dos mercados, concentração de actividades nalguns sectores, alto nível de subemprego, concorrência das produções dos países vizinhos em vias de desenvolvimento... que, acumuladas, afectam o seu desenvolvimento económico e social.

Esta situação compartilhada motivou as Regiões Ultraperiféricas a estreitarem os seus laços de união e a afirmar a sua vontade de cooperar,

com o objectivo de que a UE não esqueça a sua situação particular e específica, como única via para alcançar um desenvolvimento económico e social sustentável e colocá-las numa posição de igualdade em relação ao resto das regiões comunitárias.

Para tentar atenuar as suas desvantagens, a UE reconheceu e redigiu a noção de ultraperiféricidade no artigo 299.2 do Tratado CE, base jurídica que permite tomar medidas particulares e duradouras em seu benefício.

Numa União Europeia alargada, e perante o novo quadro de interesses em jogo, actuais e futuros, é necessário que a situação particular e única das Regiões Ultraperiféricas seja tida em conta de forma duradoura. No actual contexto de globalização e de ampliação, o objectivo é que sejam mais e melhor conhecidas no âmbito da UE. Apesar do seu escasso peso económico e demográfico, também oferecem vantagens para Europa. A sua situação geográfica e o seu enquadramento natural, dão outra dimensão à União Europeia: uma zona marítima e uma posição geo-estratégica valiosa; lugares privilegiados para a implantação de actividades de investigação científica e alta tecnologia e um quadro natural excepcional para um turismo seguro e respeitador com o ambiente, entre outras.



CONCEITO

O conceito de “ultraperiferia” foi utilizado pela primeira vez em Outubro de 1987, na Assembleia-Geral da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM) na Ilha da Reunião, quando se tentou qualificar, no âmbito do conceito de “regiões periféricas”, a situação das regiões mais afastadas do continente europeu, utilizando, de forma espontânea, a expressão “mais que”, e de seguida, “ultra”: Regiões Ultraperiféricas.

O conceito de ultraperiferia, é hoje, uma moeda corrente e habitual nos círculos especializados a nível regional, nacional e comunitário.

A ultraperiferia é definida em função do “centro” e medida segundo um dado objectivo: a distância. O facto de estar muito afastada representa para estas regiões um factor desfavorável para atrair investimentos (distância em relação aos mercados solventes) e um factor de incremento dos custos para os intercâmbios de bens e serviços. De modo que se reduzem os efeitos sinérgicos necessários para o seu desenvolvimento, devido à tendência natural dos centros de decisão se localizarem no centro. Também se deve ter em conta que a ultraperiferia se caracteriza, nomeadamente, devido à sua dimensão marítima, pelo facto de que seis das sete RUP são ilhas.

Estas características não estão alicerçadas num critério particular, mas numa acumulação especial de factores, e foram inseridas no plano jurídico através dos Tratados de Maastricht e de Amsterdão. O carácter coincidente das seguintes cinco características, dão uma natureza única a tal conceito:

- A integração num duplo espaço geo-económico diferenciado, formado, por um lado, por uma zona geográfica de proximidade e por outro, pelo espaço geo-político ao qual pertencem, diferente e afastado.

- A reduzida dimensão do mercado interno local, relacionada com o tamanho da população.
- O isolamento relativo devido ao facto de estar muito afastada do continente europeu e reforçado pela situação insular.
- As condições geográficas e climáticas que limitam o desenvolvimento endógeno dos sectores primários e secundários (ausência de matérias primas, carácter de arquipélago, zonas submetidas a riscos naturais - ciclones, vulcões, movimentos sísmicos..., etc.).
- A dependência económica de um reduzido número de produtos ou de um único produto.

Reconhecendo as suas diferenças, mas com bases comuns, as Regiões Ultraperiféricas ilustraram, através do seu dinamismo, a necessidade de seguir o seu caminho “do particular para o geral”. Alicerçaram a sua estratégia na realidade regional, mas sem esquecer os espaços naturais que as rodeiam: o espaço europeu ao qual pertencem, e ao qual dão uma dimensão planetária, e o seu espaço geo-económico, no qual aspiram a ser um modelo de desenvolvimento sustentável, portador de valor acrescentado e de cooperação.

A ultraperiferia ilustra, tanto as perspectivas abertas à globalização, fundada sobre a regionalização e cooperação, como a incerteza que afecta o desenvolvimento dos territórios desfavorecidos. No entanto, não é somente a ilustração de uma política territorial à escala Europeia, é também, uma política de “laboratório” para assegurar um desenvolvimento sustentável a nível mundial e criar espaços de solidariedade entre os diferentes blocos continentais.

HISTORIA

1988

Em 1988, o Presidente da Região Autónoma da Madeira, Alberto João Jardim, convidou os seus colegas ultraperiféricos a uma sessão de trabalho para abordar as questões de interesse comum, no momento em que o projecto do Programa “POSEIDOM” estava em plena discussão no seio das instituições comunitárias.

A primeira cume de Regiões Ultraperiféricas foi organizado no Funchal, Madeira, no dia 25 de Novembro de 1988. Na qual participaram os Presidentes das sete Regiões Ultraperiféricas que fizeram uma importante declaração na qual reafirmaram a convergência das suas acções, preconizaram um diálogo com a Comissão Europeia, através do Grupo Inter-serviços criado para tal efeito, e decidiram realizar uma Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

1992

A Declaração Nº 26 sobre as Regiões Ultraperiféricas anexa ao Tratado de Maastricht (assinado em Fevereiro de 1992) foi o primeiro passo para assentar uma base jurídica a favor destas regiões. Esta declaração salienta a necessidade de tomar medidas concretas destinadas a melhorar a sua situação económica e social.

“A Conferência reconhece que as Regiões Ultraperiféricas (Departamentos Franceses Ultramarinos, Açores, Madeira e as Ilhas Canárias) padecem de um importante atraso estrutural agravado por diversos fenómenos (grande afastamento, insularidade, escassa superfície, relevo e clima difíceis, dependência económica em relação a alguns produtos) cuja constância e acumulação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento económico e social”.



Reunião na Madeira, 1988. Ponto de encontro e de início de um sonho.

1993

Em Outubro de 1993, em Saint Malo, durante a XX Assembleia da CRPM, os sete executivos das Regiões Ultraperiféricas adoptaram a resolução de estabelecer um Protocolo de Cooperação para encontrar posturas comuns no quadro da União Europeia e definir, promover e desenvolver as acções de cooperação inter-regional.

Em Novembro de 1993, com a iniciativa do Ministro francês do Ultramar, Dominique Perben, organizaram-se jornadas de estudo em Estrasburgo nas quais participaram as autoridades públicas, representantes dos diversos sectores económicos e do Grupo Inter-serviços da Comissão Europeia. Nestas jornadas assentaram-se as bases para iniciar uma reflexão sobre a necessidade de criar um enquadramento jurídico estável a favor das Regiões Ultraperiféricas.

1996

Em 1996, os Presidentes das RUP, reunidos no Funchal, e perante as perspectivas de uma nova Conferência Inter-governamental para reformar certos aspectos do Tratado da União Europeia, constataram a necessidade de definir claramente e consolidar com instrumentos jurídicos a sua posição face ao resto das regiões da União Europeia.

1997

Em 1997, o Parlamento Europeu adoptou uma Resolução sobre os problemas de desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas na União Europeia, na qual estavam inseridas as medidas que a Conferência Intergovernamental deveria examinar para reformar os Tratados e onde se explicava a necessidade de se integrar no Tratado da União, um artigo sobre as RUP para dar-lhes um tratamento diferenciado.

1999

O Tratado de Amsterdão, que entrou em vigor no dia 1 de Maio de 1999, tem no seu artigo 299.2 TCE uma base jurídica que visa as Regiões Ultraperiféricas:

“As disposições do presente Tratado são aplicáveis aos Departamentos Franceses Ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias. Todavia, tendo em conta a situação económica e social estrutural dos Departamentos Franceses Ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das Ilhas Canárias, que é agravada pelo afastamento, a insularidade, a reduzida superfície, o relevo e clima difíceis e a dependência económica face a um reduzido número de produtos, factores cuja persistência e combinação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento, o Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão e após consulta do Parlamento Europeu, adoptará medidas específicas destinadas, em especial, a fixar as condições de aplicação do presente Tratado CE nessas regiões, incluindo as políticas comuns, contempladas no segundo parágrafo, terá em conta os âmbitos da política alfandegária e comercial, a política fiscal, as zonas francas, as políticas agrícola e pesqueira, as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais comunitários.

O Conselho adoptará as medidas contempladas no parágrafo segundo tendo em conta as características e exigências especiais das Regiões Ultraperiféricas, sem colocar em perigo a integridade e coerência do ordenamento jurídico comunitário, incluído o mercado interno e as políticas comuns”.

O artigo 299.2 TCE possibilita a adaptação, modificação ou inclusive derrogação das normas que formam o ordenamento jurídico comunitário na sua aplicação às Ilhas Canárias, aos Açores, à Madeira e aos Departamentos Franceses Ultramarinos.

No entanto, esta base necessitava de um desenvolvimento normativo concreto. O Conselho Europeu de Colónia de Junho de 1999, convidou a Comissão a apresentar um relatório sobre as medidas destinadas ao desenvolvimento do artigo 299.2 TCE a favor das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Após uma reflexão conjunta sobre as medidas que deveriam ser desenvolvidas conforme o artigo 299.2 TCE, levada a cabo no âmbito da Conferência de Presidentes, as Regiões Ultraperiféricas, assinaram em Caiena, Guiana francesa, o “Memorando de Caiena”, que foi apresentado à Comissão em Março de 1999 para que fosse tido em conta nos seus trabalhos de elaboração do seu Relatório.

Espanha, França e Portugal também apresentaram os seus respectivos memorandos nos meses de Novembro e Dezembro de 1999.

2000

Estes quatro Memorandos serviram de alicerces à elaboração, por parte da Comissão Europeia, do Relatório sobre o desenvolvimento do artigo 299.2 do TCE (COM 2000-147 final) e a sua inclusão, nas Conclusões da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo celebrada em Lisboa, realizada durante os dias 23 e 24 de Março de 2000, de um acordo no qual o Conselho Europeu encomendava à Comissão a apresentação de uma proposta formal de desenvolvimento do estatuto europeu das RUP que visava um tratamento



Conferência de Presidentes no Funchal. Madeira, 2000.

menos estrito que o fornecido até esse momento. Tal facto representou um avanço, dado que criou expectativas de futuros resultados positivos para muitas outras pretensões pendentes de resposta.

Seguidamente, na Cimeira de Chefes de Estado e Governo realizada em Santa Maria da Feira (Portugal) em Junho de 2000, ratificou-se o Relatório acordado na cimeira anterior e foi aprovado um documento da Comissão Europeia no qual se estabeleceram os calendários que visavam diversas linhas de actuação dirigidas ao desenvolvimento do artigo 299.2 TCE, que contemplavam as seguintes matérias: produções tradicionais, pesca, ajudas de Estado, fiscalidade, transportes, energia, cooperação regional, alfândegas, ambiente, sociedade da informação e investigação e desenvolvimento.

Durante o ano 2000, produziram-se duas declarações políticas relevantes em relação ao futuro desenvolvimento do artigo 299.2 TCE: a aprovação por parte do Parlamento Europeu do Relatório Sudre e as conclusões da Cimeira de Niza do Conselho Europeu, aprovadas em Dezembro, que incluem uma declaração através da qual se pede que o Conselho e a Comissão examinem, o mais célere possível, as propostas a favor das RUP para o seu completo desenvolvimento.

Por outro lado a experiência adquirida e o balanço positivo da cooperação iniciada no âmbito da Conferência de Presidentes, conduziu as Regiões Ultraperiféricas, a renovar e melhorar o Protocolo de Cooperação, assinada a 31 de Março de 2000, no Funchal, no âmbito da VI Conferência de Regiões Ultraperiféricas.

Para pôr em prática as medidas inseridas no protocolo, foram criadas duas estruturas orgânicas: a Conferência de Presidentes das RUP, que define as orientações da política geral e o Comité de Acompanhamento, que se trata de um grupo de representantes responsável pela execução das orientações da Conferência no âmbito dos objectivos estabelecidos no Protocolo.

2001

Em 2001, nas Cimeiras de Gotemburgo e de Laeken, a Comissão apresentou os documentos de trabalho sobre os avanços obtidos no desenvolvimento do artigo 299.2 TCE, e em Lanzarote, no mês de Setembro, realizou-se a VII Conferência dos Presidentes das RUP, na qual se decidiu dar uma nova dinâmica às suas acções concertadas e dar início às disposições estabelecidas no Protocolo de Cooperação de forma mais rigorosa.

Também em 2001 foi publicado o Parecer do Comité das Regiões sobre “A problemática das RUP e a aplicação do artigo 299.2 TCE” que assinala que este artigo responde a uma série de objectivos e afirma “o carácter único das RUP e a necessidade de integrar este conceito no conjunto das políticas da União, em particular através da manutenção do apoio prioritário concedido a título da política estrutural de coesão económica e social”.

2002–2003

O ano 2002 esteve marcado pela preparação de três desafios fundamentais para a União Europeia:

- A preparação de respostas adequadas à Convenção sobre o futuro da Europa, que deviam ser apresentadas durante 2003 e que marcariam as pautas da reforma dos Tratados em 2004, pela Conferência Inter-governamental responsável pela redacção da Constituição Europeia.
- A entrada dos primeiros países candidatos a partir de 2004.
- A apresentação, em Dezembro de 2003, do Terceiro Relatório da Comissão Europeia sobre Coesão Económica e Social que redesenharia todo o mapa de ajudas para o conjunto dos Estados da UE.

No âmbito da Convenção, e nomeadamente das consultas realizadas à sociedade civil, as RUP, representadas na Assembleia das Regiões Europeias (ARE), apresentaram uma primeira contribuição em Junho de 2002. Também participaram no diálogo directo com a Convenção durante a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) que fez chegar as suas contribuições à Convenção sobre o futuro da Europa.

Na VIII Conferência de Presidentes das RUP foi assinada uma declaração na qual se destacou a necessidade de consagrar o papel da ultraperiferia no seio da futura Constituição Europeia.

O encerramento dos trabalhos da Convenção Europeia, em Julho de 2003, teve como resultado o frustrado projecto de Constituição Europeia que, para as RUP, mantinha e melhorava a redacção do artigo 299.2 TCE*. Por outro lado, a reforma da Política de Coesão, iniciada em Janeiro de 2002, com o Primeiro Relatório Intercalar sobre a Coesão apresentado pela Comissão Europeia, assinalou que no momento de se aplicar os princípios de acesso aos Fundos Estruturais na futura política regional ter-se-ia em conta as necessidades específicas das RUP em conformidade com o artigo 299.2 TCE.

Numa reunião organizada em Las Palmas de Gran Canaria, em Fevereiro de 2002, os Secretários de Estado de Espanha, França e Portugal assinaram uma Declaração conjunta na qual manifestaram *“a sua aspiração que face à futura reforma da Política Regional, se salvaguardasse e se aprofundasse no tratamento específico dado a estas regiões devido às características que definem a sua situação ultraperiférica, adicionando à decisão de elaboração conjunta um Parecer dirigido às instâncias pertinentes da EU para que se*

**Esta nova redacção foi retomada no Tratado sobre o Funcionamento do Tratado de Lisboa nos artigos 355.1, 349 e 107.3º, actualmente em vias de ratificação.*



Conferência de Presidentes em Lanzarote. Canárias, 2001.



Conferência de Presidentes em La Palma. Canárias, 2002.

pormenorize as vias e meios que permitem obter plenamente os efeitos do artigo 299.2 TCE tanto desde o ponto de vista da Política Regional no contexto do Alargamento, como no âmbito de outras políticas da UE”.

Assim nas conclusões da Cimeira de Chefes de Estado e do Governo de Sevilha, dos dias 21 e 22 de Junho de 2002, o Conselho Europeu convidou o Conselho e a Comissão a aprofundarem na aplicação do ponto 2 do artigo 299 e a apresentarem as adequadas propostas para que as diversas políticas comuns tivessem em conta as suas necessidades específicas, nomeadamente, a política regional. Adicionalmente o Conselho Europeu tomou nota da intenção da Comissão de apresentar um novo Relatório sobre as RUP e sobre o desenvolvimento do artigo 299.2 TCE.

Em Maio de 2002, o Comité Económico e Social aprovou um Parecer sobre o tema “Estratégia de futuro para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia”. A VIII Conferência de Presidentes das RUP, reunida nos dias 14 e 15 de Outubro de 2002 na ilha de La Palma, congratulou-se do alto grau de concertação entre as Regiões e os seus Estados, e expressou o seu reconhecimento às mais altas autoridades espanholas, francesas e portuguesas pelo seu compromisso a favor das RUP no Conselho Europeu de Sevilha, comprometendo-se a concentrar os seus esforços no desenvolvimento do artigo 299.2 TCE, no desenho de uma estratégia e na definição de um plano de acção. Para tal, adoptou diversos acordos para a realização de estudos e convocou uma série de grupos de trabalho visando a preparação de um Parecer comum, base para o novo Relatório da Comissão de finais de 2003.

Fruto dos trabalhos conjuntos dos diferentes grupos (Sociedade da Informação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Transportes, Coesão Económica e Social, Produções Tradicionais, Fiscalidade e Ajudas de Estado) trata-se,

portanto, do Parecer Comum das Regiões Ultraperiféricas sobre as necessidades de desenvolvimento do artigo 299.2 TCE e os três Estados-membros, assinado em Paris no dia 2 Junho de 2003 e apresentado à Comissão Europeia nesse mesmo dia.

Em Dezembro, a Comissão Europeia apresentou um Relatório semestral que estabelecia o balanço das medidas adoptadas nas diferentes políticas comunitárias durante o decorrer do segundo semestre de 2002.

2004

No ano 2004, no âmbito da reforma da política regional, a Comissão apresentou, a 18 de Fevereiro, o Terceiro Relatório sobre a Coesão adoptado pela Comissão Europeia, que propõe uma nova parceria visando melhorar a convergência, a competitividade e a cooperação para a União, no qual se anuncia para as Regiões Ultraperiféricas o estabelecimento de um programa específico para compensar as limitações específicas e, uma acção de “Grande Vizinhança” destinada a facilitar a cooperação com os países vizinhos.

A Comissão apresentou, também, a Comunicação da Comissão, “Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas COM (2004) 343 final” adoptada pelos Comissários no dia 26 de Maio de 2004. Esta comunicação tem inseridas as recomendações operativas contempladas no Relatório da Comissão titulado “Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas: balanço e perspectivas COM (2004) 543 final”. Neste documento, a Comissão selecciona três prioridades de intervenção para a futura estratégia de desenvolvimento relativa a estas regiões: a competitividade, a acessibilidade e a compensação das restantes dificuldades e a integração na zona regional (incluindo, nomeadamente, a justiça e os assuntos internos). Estas prioridades estão adaptadas às funções da

Comunidade no âmbito da estratégia de Lisboa e Gotemburgo para uma União Europeia competitiva e capaz de alcançar um desenvolvimento económico sustentável.

Em Dezembro de 2004, o Comité das Regiões aprovou o Parecer sobre a Comunicação da Comissão “Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas” COM (2004) 343 final.

2005–2006

No ano 2005, o Parlamento Europeu apresentou uma Resolução sobre uma parceria reforçada com as Regiões Ultraperiféricas. Nesta linha de conta, a Comissão desenvolveu em 2005, 2006 e no primeiro semestre de 2007, as acções descritas na Comunicação COM (2004) 343 final e no Relatório COM (2004) 543 final.

A XI Conferência de Presidentes, de Setembro de 2005 na Ilha de Reunião, tendo em conta o balanço positivo do âmbito de cooperação estabelecido e a expiração do protocolo em vigor, decidiu e assinou um novo Protocolo de Cooperação com uma duração de 5 anos e agenciou ao Comité de Acompanhamento, antes de Dezembro de 2005, a elaboração de uma proposta do novo protocolo incluindo, eventualmente, a previsão de um suporte jurídico para a Conferência.



Conferência de Presidentes. Açores, 2004.



Conferência de Presidentes em Saint Denis. Reunião, 2005.

2007

No dia 12 de Setembro de 2007, a Comissão apresentou um documento de trabalho SEC (2007) 1112 intitulado “Evolução e balanço da estratégia para as Regiões Ultraperiféricas” no qual se faz um balanço sobre o desenvolvimento da Comunicação de 2004. Este documento é o anexo de uma nova Comunicação intitulada: “Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: progressos alcançados e perspectivas” COM (2007) 507. A nova estratégia abriu um debate sobre o impacto que teriam, nas Regiões Ultraperiféricas os desafios de futuro da UE: a alteração climática, a evolução demográfica e a gestão dos fluxos migratórios, a política marítima e a agricultura.

2008

O Parlamento Europeu aprovou no mês de Abril o Relatório sobre a estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: progressos alcançados e perspectivas, elaborado pela Eurodeputada Margie Sudre. De modo que, o Comité das Regiões aprovou, nesse mesmo mês, o “Parecer sobre a estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: progressos alcançados e perspectivas”, apresentado pelo Presidente de Canárias Paulino Rivero.

Nos dias 14 e 15 de Maio realizou-se em Bruxelas, organizada pela Comissão Europeia, uma Conferência inter-institucional e de inter-parceria sobre o futuro da estratégia para as Regiões Ultraperiféricas visando obter os primeiros resultados da consulta pública lançada em Setembro de 2007.

Nos meses seguintes, cada uma das RUP apresentou à Comissão Europeia as conclusões obtidas após se ter levado a cabo uma ampla consulta e concertação com os diversos sectores económicos, sociais e académicos.

No mês de Julho, Espanha, França e Portugal apresentaram à Comissão Europeia uma “Contribuição conjunta para a futura comunicação da Comissão Europeia relativa à futura estratégia Europeia para as RUP”, com o objectivo de alimentar a reflexão da Comissão Europeia sobre a evolução da sua parceria com as Regiões Ultraperiféricas.



Conferência de Presidentes no Funchal, Madeira, 2007.

A CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES

As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia ficaram cientes das suas similitudes ao longo dos encontros da CRPM (Conferência de Regiões Periféricas e Marítimas da União Europeia), a finais dos anos 80.

Em 1993, em Saint Malo, durante a XX Assembleia da CRPM, os sete presidentes das RUP adoptaram a resolução de estabelecer um Protocolo de Cooperação para encontrar posturas comuns no âmbito da União Europeia e definir, promover e desenvolver as acções de cooperação inter-regional.

No dia 29 de Março de 1995, reunidos em Pointe-à-Pitre, Guadalupe, os sete Presidentes assinaram este Protocolo de Cooperação, convencidos de que uma parceria mais activa entre as suas regiões contribuiria a aumentar, no seio das instituições comunitárias, o sentimento colectivo de um futuro comum e específico. A acção levada a cabo no âmbito desta cooperação face à União Europeia representou a consagração jurídica de um estatuto de ultraperifericidade em conformidade com o artigo 299.2 do Tratado CE, que se traduz na necessidade de que, no momento da aplicação da legislação comunitária, se tivesse em conta as suas realidades e especificidades. Neste contexto, as Regiões Ultraperiféricas apresentaram à Comissão Europeia no Parecer de Caiena uma proposta conjunta de medidas comunitárias específicas para estas regiões baseadas no artigo 299.2 do Tratado CE.

A experiência adquirida e o balanço positivo desta cooperação motivou, em Março de 2000, no quadro da VI Conferência de Regiões Ultraperiféricas, a renovação e aperfeiçoamento do Protocolo de Cooperação. Os seguintes objectivos foram explicitamente inseridos:



Foto de família da XIII Conferência de Presidentes, organizada no Funchal, Madeira, 2007.

- Obter uma intervenção comunitária adaptada à realidade de cada Região, legitimada pelo novo status jurídico que lhes permita continuar o seu desenvolvimento económico e social.
- Desenvolver acções de cooperação inter-regional em diversos campos.
- Conciliar posições comuns entre as supracitadas acções no âmbito da cooperação internacional.
- Levar a cabo uma cooperação política em conformidade com a União Europeia e com outros organismos internacionais, assim como uma cooperação técnica, destinada a promover acções de cooperação científica e técnica em diversas áreas, nomeadamente na sociedade da informação, educação, ambiente, investigação e inovação, turismo, comércio, agricultura e pesca, transporte, bem como com outras regiões Europeias ou países localizados no seu espaço ou com os que mantêm laços tradicionais.
- Cooperar com as administrações, instituições públicas, empresas e organismos económicos e sociais.

Duas estruturas orgânicas são as que se ocupam de pôr em prática as medidas inseridas no protocolo: a Conferência de Presidentes das RUP, que define as orientações da política geral, e o Comité de Acompanhamento, grupo de representantes de cada Região responsável pela execução das orientações da Conferência.

Conferências de Presidentes

- | | |
|-------------|--|
| I | Conferência de Presidentes.
Gourbeyre (Guadalupe, 31 de Março de 1995). |
| II | Conferência de Presidentes. Funchal (Madeira, 14 de Março de 1996). |
| III | Conferência de Presidentes.
Saint Denis (Reunião, 14 de abril de 1997) |
| IV | Conferência de Presidentes.
Ponta Delgada (Açores, 15 de Junho de 1998). |
| V | Conferência de Presidentes.
Rémire-Montjoly (Guiana, 5 de Março de 1999). |
| VI | Conferência de Presidentes Funchal (Madeira, 31 de Março de 2000). |
| VII | Conferência de Presidentes.
Lanzarote (Ilhas Canárias, 25 de Setembro de 2001). |
| VIII | Conferência de Presidentes. La Palma (Ilhas Canárias, 15 de Outubro de 2002). |
| IX | Conferência de Presidentes. Forte-de-France (Martinica, 30 de Outubro de 2003). |
| X | Conferência de Presidentes.
Ponta Delgada (Açores, 2 de Setembro de 2004). |
| XI | Conferência de Presidentes.
Saint-Denis (Reunião, 4 de Setembro 2005). |
| XII | Conferência de Presidentes. Pointe-à-Pitre (Guadalupe, 21 de Outubro de 2006). |
| XIII | Conferência de Presidentes.
Funchal (Madeira, 6 de Outubro de 2007). |
| XIV | Conferência de Presidentes. Caiena (Guiana, 30 de Outubro de 2008). |

AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DA UNIÃO EUROPEIA





OS AÇORES 

MADEIRA 

ILHAS CANÁRIAS 

GUADALUPE 

GUIANA 

MARTINICA 

REUNIÃO 



OS AÇORES



N.º de Ilhas: 9

Capital: Ponta Delgada

Ponta Delgada–Lisboa: 1.500 Km

Superfície: 2.329,7 Km²

População: 240.600 habitantes

Densidade de população: 103,6 hab/km²

PIB/hab: 65,9% (EU 27-1)

Varição PIB 1995-2004 (média anual): 3,6%

Emprego por sector:

Agricultura (12,4%), Indústria (25,5%), Serviços (62,1%)*

Taxa de desemprego: 4,1%*

FONTE: EUROSTAT 2004
*2005



Ilha de São Miguel.

MADEIRA



N.º de Ilhas: 2

Capital: Funchal

Funchal–Lisboa: 1.040 Km

Superfície: 795 Km²

População: 244.800 habitantes

Densidade de população: 294,3 hab/km²

PIB/hab: 90,8% (EU 27-1)

Varição PIB 1995-2004 (média anual): 4,1%

Emprego por sector:

Agricultura (9%), Indústria (26,2%), Serviços (64,8%)*

Taxa de desemprego: 4,5%*

FONTE: EUROSTAT 2004
*2005



ILHAS CANÁRIAS



N.º de Ilhas: 7

Capital: Santa Cruz de Tenerife/Las Palmas de Gran Canaria

Santa Cruz/Las Palmas-Madrid: 2.000 Km

Superfície: 1.715.700 Km²

População: 1.886.800 habitantes

Densidade de população: 253,4 hab/km²

PIB/hab: 92,8% (EU 27-1)

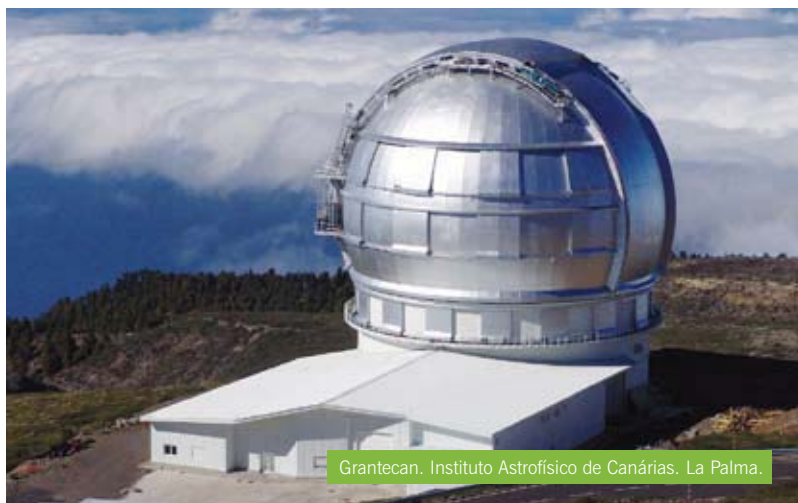
Varição PIB 1995-2004 (média anual): 4,2%

Emprego por sector:

Agricultura (3,5%), Indústria (20%), Serviços (76,5%)*

Taxa de desemprego: 11,7%*

FONTE: EUROSTAT 2004
*2005



Grantecan. Instituto Astrofísico de Canarias. La Palma.



Vista do Teide, Tenerife desde o Roque Nublo, Gran Canaria.

GUADALUPE



N.º de Ilhas: 9

Capital: Basse-Terre

Pointe-à-Pitre-Paris: 6.800 Km

Superfície: 1.710 Km²

População: 441.400 habitantes

Densidade de população: 258,7 hab/km²

PIB/hab: 66,9% (EU 27-1)

Varição PIB 1995-2004 (média anual): 2%

Emprego por sector:

Agricultura (3,5%), Indústria (20%), Serviços (76,5%)*

Taxa de desemprego: 43,3%*

FONTE: EUROSTAT 2004
*2005



Playa Sainte Anne



MARTINICA



N.º de Ilhas: 1

Capital: Fort de France

Fort de France–Paris: 6.850 Km

Superfície: 1.080 Km²

População: 393.700 habitantes

Densidade de população: 349,1 hab/km²

PIB/hab: 74,3% (EU 27-1)

Varição PIB 1995-2004 (média anual): 1,7%

Emprego por sector:

Agricultura (5,2%), Indústria (13,2%), Serviços (81,6%)*

Taxa de desemprego: 18,7%*

FONTE: EUROSTAT 2004
*2005



Saint-Pierre



Mercado de Saint-Pierre

GUIANA



Capital: Cayenne
Superfície: 84.000 Km²
Cayenne-Paris: 7.500 Km
População: 195.600 habitantes
Densidade de população: 2,3 hab/km²
PIB/hab: 54,4% (EU 27-1)
Variação PIB 1995-2004 (media anual): 0,7%
Emprego por sector:
Agricultura (2,3%), Indústria (14%), Serviços (83,8%)*
Taxa de desemprego: 24,8%*

FONTE: EUROSTAT 2004
*2005



Cataratas Kaieteur



Kourou

REUNIÃO



N.º de Ilhas: 1

Capital: Saint-Denis

Saint-Denis-Paris: 9.400 Km

Superfície: 2.512 Km²

População: 767.400 habitantes

Densidade de população: 304,5 hab/km²

PIB/hab: 60,5% (EU 27-1)

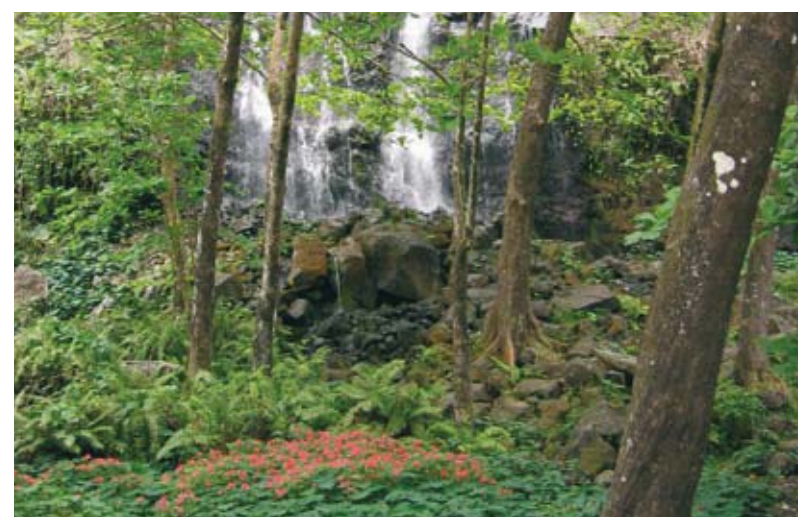
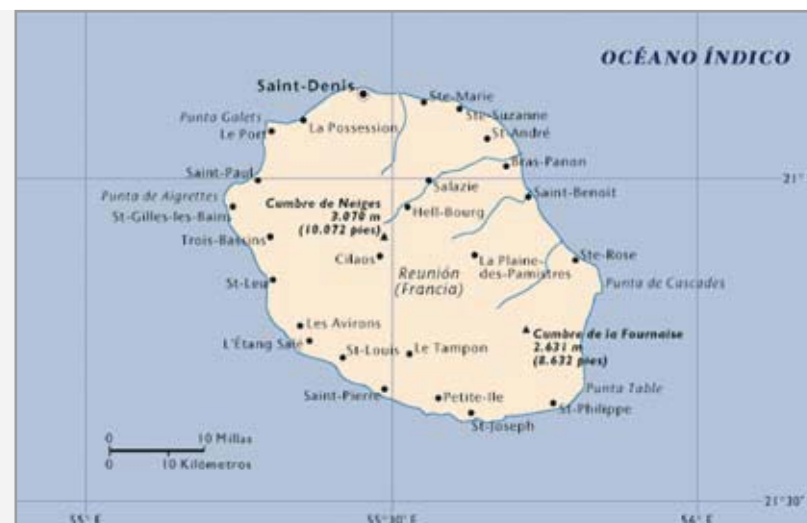
Varição PIB 1995-2004 (media anual): 4,1%

Emprego por sector:

Agricultura (1,7%), Indústria (13,8%), Serviços (84,5%)*

Taxa de desemprego: 30,1%*

FONTE: EUROSTAT 2004
*2005



MEDIDAS ESPECÍFICAS

A agricultura.

A pesca.

A fiscalidade.

A política comercial.

A coesão económica e social.

A dinâmica de cooperação inter-regional.

As ajudas de Estado.



A agricultura

Os regulamentos de medidas agrícolas conhecidos como “POSEIDOM, POSEIMA e POSEICAN” foram a primeira resposta às necessidades a ter em conta nas produções agrícolas das Regiões Ultraperiféricas, diferentes das do continente europeu e em concorrência com as dos países do seu espaço geográfico, geralmente países em desenvolvimento que beneficiam de um tratamento favorável por parte da UE. Estes três regulamentos foram derogados em 2006 por um regulamento comum do Conselho que estabelece medidas específicas para o sector agrícola em benefício das Regiões Ultraperiféricas.

Este regulamento tem em conta a situação excepcional das RUP e estabelece uma série de medidas específicas através de:

1.1 Um Regime Específico de Abastecimento (REA) de produtos agrícolas destinados à transformação e/ou ao consumo final com o objectivo de atenuar a situação geográfica excepcional de afastamento e insularidade e que aparece definido num programa de abastecimento elaborado pelas autoridades competentes, aprovado pela Comissão Europeia.

1.2 Um sistema de apoio para as produções agrícolas locais através de programas gerais elaborados a um nível geográfico mais apropriado e aprovados pela Comissão Europeia. Neste sistema de apoio incluiu-se, pela primeira vez a banana após a reforma da OCM desta fruta em 2007.

1.3 Uma série de medidas de acompanhamento:

- O apoio à utilização de um símbolo gráfico para os produtos de qualidade das RUP destinado a favorecer a sua comercialização.

- Ajudas estruturais de desenvolvimento rural adaptadas às RUP a cargo do FEADER.
- A possibilidade de obter ajudas estatais destinadas ao funcionamento, a produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas.
- A elaboração de programas fitossanitários de luta contra organismos nocivos com participação financeira comunitária.
- Medidas específicas de acompanhamento inseridas na legislação comunitária para o vinho, o leite, o gado e o tabaco.

Seguindo as pautas estabelecidas no regulamento comum e nos regulamentos de desenvolvimento, os Estados e as Regiões devem elaborar os seus próprios programas de abastecimento e de apoio para agricultura e gado local.



A pesca



A Política Pesqueira Comum aplica-se plenamente nas RUP. Existem vários tipos de medidas específicas para os sectores pesqueiros: a suspensão temporal das taxas alfandegárias aplicáveis à importação de determinados produtos da pesca em Canárias; medidas de compensação dos custos adicionais que origina a comercialização de determinados produtos pesqueiros dirigidas aos Açores, à Madeira, Ilhas Canárias e Reunião, conhecidas como “POSEICAN Pesca”; medidas específicas que visam a gestão da frota pesqueira; medidas estruturais em matéria de pesca para o período 2007-2013 no âmbito do Fundo Europeu de Pesca (FEP), e as linhas directrizes sobre as ajudas de Estado para o sector da pesca e a aquicultura que estabelecem um novo enquadramento aplicável às ajudas de Estado para o sector da pesca para o período 2007-2013 e que contemplam medidas específicas para as RUP.



A fiscalidade

As Regiões Ultraperiféricas tradicionalmente têm usufruído, devido às suas características específicas, de medidas fiscais particulares no seio dos regimes nacionais existentes nos seus Estados. A normativa comunitária obrigou a reformar muitas destas medidas para que pudessem ser reconhecidas e declaradas compatíveis com as normas do Tratado da UE.

Os Departamentos Franceses Ultramarino tradicionalmente já usufruíram de diferentes regimes fiscais adaptados às suas circunstâncias os quais têm sido objecto de decisões do Conselho e também examinados à luz da regulamentação sobre ajudas de Estado.

O “octroi de mer” ou direito de importação por mar, é um imposto que se aplica à entrada de uma mercadoria nos DOM qualquer que seja a sua origem (francesa, comunitária ou de um país terceiro) e à produção local, segundo taxas fixadas para os diferentes produtos por cada um dos Conselhos Regionais, podendo exonerar-se determinados produtos locais em prol do desenvolvimento económico da Região.

Também existe um regime específico para o rum tradicional produzido nos DOM que autoriza a França a aplicar no seu território metropolitano uma taxa reduzindo o imposto especial para salvaguardar os interesses vitais dos produtores de rum.

Com o objectivo de promover a economia regional, os DOM contam com um regime de medidas fiscais para o investimento inseridas na Lei de Programação para o Ultramar.

A Sexta Directiva sobre o IVA exclui os Departamentos Franceses Ultramarinos do âmbito de aplicação deste imposto. A nível nacional,

França aplica aos quatro Departamentos Franceses Ultramarinos uma taxa muito reduzida.

A plena integração de Canárias na União Europeia obrigou a reformar o antigo regime de arbítrios e a instaurar, progressivamente, uma fiscalidade indirecta moderna, instrumento de desenvolvimento económico e social e de financiamento das finanças locais que devia estabelecer as condições para a integração total encerrando um período transitório de dez anos. No quadro do Regime Económico e Fiscal de Canárias (REF), foram criados dois novos impostos em substituição dos arbítrios e impostos existentes: o Imposto Geral Indirecto Canário



(IGIC), que progressivamente passaria a ser o principal recurso fiscal, passando Canárias a ficar fora do âmbito de aplicação do IVA comunitário e, o Arbítrio sobre a Produção e as Importações (APIM), criado com carácter transitório até ao dia 31 de Dezembro de 2000 e que devia ir desaparecendo gradual e paralelamente com a instauração da Pauta Aduaneira Comum (AAC). Actualmente aplica-se em Canárias um imposto denominado AIEM (Arbítrio sobre as Importações e Entrega de Mercadorias) que substitui a função exercida pelo APIM, cuja base jurídica é o artigo 299.2 do TCE e que permite a exoneração de determinados produtos fabricados localmente.

Também, existe um regime de incentivos fiscais no quadro do Regime Económico e Fiscal de Canárias (REF) e uma Zona Especial Canária (ZEC) com especificidades relativas à imposição directa e indirecta, permitidas pela UE no âmbito das ajudas de Estado.

A regulamentação comunitária relativa aos produtos objecto de impostos especiais não se aplica nas Ilhas Canárias, ficando este regime submetido à regulamentação nacional no caso do álcool electricidade e manipulações e, à regulamentação autonómica nos combustíveis derivados do petróleo.

Nos Açores e na Madeira aplica-se o IVA com taxas inferiores ao resto de Portugal, aplicam-se sob certas condições as Directivas comunitárias relativas ao imposto especial de consumo e há um regime fiscal específico baseado em duas decisões do Conselho e autorizado pela Comissão Europeia como ajudas de Estado, para o rum, o licor e a cerveja.



Zona livre, Porto do Caniçal, Madeira.



Zona ZEC, Porto de Las Palmas, Gran Canaria, Canárias.

A política comercial

As Regiões Ultraperiféricas tentam superar os factores estruturais que dificultam o seu sector industrial, criando zonas francas e zonas especiais que favoreçam a atracção de capitais e a implantação de empresas provenientes do exterior, com o objectivo de desempenhar o papel de plataforma de intercâmbios entre países vizinhos e os da União Europeia e deste modo promover o desenvolvimento económico e social.

Na Madeira, o Centro Internacional de Negócios, além das vantagens oferecidas pela Zona Franca do Caniçal, fornece aos investidores uma grande gama de incentivos fiscais e financeiros.

Em Guadalupe, a Zona de Comércio Internacional conta com uma zona franca e um centro de comércio internacional.

Nas Ilhas Canárias, há uma Zona Especial Canária (ZEC), de baixa tributação com a finalidade de promover o desenvolvimento económico e social do arquipélago e a diversificação da sua estrutura produtiva. Além, da zona franca do porto de La Luz e de Las Palmas, na Ilha de Gran Canaria, oferece vantagens económicas e fiscais.

A coesão económica e social

As Regiões Ultraperiféricas, no passado, receberam um importante financiamento dos Fundos Estruturais, no âmbito do Objectivo 1 que contribuiu para o seu desenvolvimento económico e social.

Para o período 2007-2013, iniciou-se uma nova política de coesão, fruto de uma reforma ampla e profunda destinada a adaptar a solidariedade da UE ao novo contexto de uma União alargada, uma crescente globalização económica e o auge de uma economia baseada no conhecimento.

Neste enquadramento, as Ilhas Canárias e a Madeira abandonaram o grupo de regiões menos desenvolvidas do objectivo de “convergência” para passar a formar parte do objectivo “competitividade regional e emprego” ao superar o seu PIB, devido à sua evolução económica, o limiar de 75% da média comunitária. A entrada no objectivo “competitividade regional e emprego” implica uma redução dos fundos e a concentração da despesa em temas concretos e relacionados com os objectivos de Lisboa.

Os Açores, Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião continuam a formar parte do objectivo de convergência.

Além do mais, as sete regiões, devido à sua condição de ultraperiferia, ou seja, com uma realidade singular que não se resume só a uma questão relacionada com a renda, beneficiam de uma atribuição específica de 35 euros por pessoa ao ano, destinada a compensar as despesas suplementares derivadas da sua situação.

A dinâmica de cooperação inter-regional

As Regiões Ultraperiféricas estão profundamente unidas à União Europeia apesar de se enfrentarem a um duplo desafio: a sua integração no mercado interno e no seu espaço geográfico. O seu desenvolvimento não pode ignorar a utilidade de promover a sua integração na sua zona geográfica. O reforço da cooperação transnacional, transfronteiriça e inter-regional é fundamental para as RUP, que se situam nas fronteiras externas mais afastadas da União.

Os Programas Açores-Madeira-Canárias, Caribe (Guadalupe, Guiana e Martinica) e Índico (Reunião) facilitaram a cooperação destas regiões nos seus respectivos espaços no âmbito da iniciativa INTERREG IIIB. A Comissão Europeia optou por manter estes espaços de cooperação durante o período de programação 2007-2013, ao se ter demonstrado a sua coerência e o interesse de continuar a criar projectos comuns para promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a sociedade da informação, a gestão ambiental e prevenção de riscos naturais e a cooperação com países terceiros no seu contexto geográfico com o objectivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, harmonioso e equilibrado do espaço.

Também, no âmbito da iniciativa comunitária INTERREG IIIC, as Regiões Ultraperiféricas desenvolveram com sucesso o projecto RUP plus, que permitiu às sete regiões levar a cabo um intercâmbio de experiências destinado a melhorar a sua competitividade e visibilidade e a fixar posições comuns em sectores considerados estratégicos. Para dar seguimento à acção iniciada, apresentaram uma nova candidatura para continuar com a parceria no âmbito do INTERREG IVC.

As Ajudas de Estado

As Directrizes sobre as Ajudas de Estado de âmbito regional para o período 2007-2013 incluem as RUP no grupo das regiões menos avançadas da UE independentemente de que estas tenham ou não, um PIB por habitante inferior a 75% da média comunitária. Estas medidas tornam possível o recebimento de Ajudas de Estado regionais para projectos de investimento com independência do seu nível de renda e com taxas superiores às das regiões situadas no continente europeu. Também, permitem autorizar ajudas de funcionamento que não diminuam gradualmente nem se limitem no tempo, caso estejam destinadas a compensar os custos adicionais ocasionados pelo transporte ou a factores contemplados no artigo 299.2 do Tratado CE, e cuja persistência e acumulação dificultem gravemente o seu desenvolvimento.

Por sua vez, as Directrizes comunitárias sobre ajudas estatais para o sector agrícola e florestal 2007-2013 permitem, face à proibição geral, autorizar ajudas para o sector da produção, transformação e comercialização dos produtos agrícolas enumerados no anexo 1 do Tratado, e as linhas directrizes da Comunidade sobre as Ajudas de Estado para o sector da pesca e da agricultura, examinar e autorizar de forma individual os casos abrangidos pelas disposições do artigo 299.2 e os objectivos da política pesqueira comum.



OS DESAFIOS DE FUTURO

Na sua comunicação: “Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: progressos alcançados e perspectivas”, de Setembro de 2007, a Comissão Europeia abriu um debate para tentar definir a estratégia que deverá construir face aos problemas que as RUP enfrentarão no futuro: as grandes diferenças demográficas e os fluxos migratórios, a luta contra a alteração climática, a integração na política marítima Europeia e o futuro das produções agrícolas.

Em resposta a esta consulta, as RUP decidiram fazer um esforço para mostrar a outra face da moeda: o importante papel que desempenham dentro e fora da UE e como podem servir de exemplo para o resto das regiões Europeias, países e regiões vizinhas no momento de encarar novos desafios.

As RUP, com o apoio dos seus Estados-membros e das Instituições da UE, vão pôr em prática acções que visam a observação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas, à gestão sustentável dos mares, oceanos e zonas costeiras, a cooperação com os países e regiões vizinhas para resolver o problema dos fluxos migratórios e de crescimento da população e o desenvolvimento sustentável da agricultura e da pesca.





Uma vantagem para Europa

Face ao novo contexto mundial e aos desafios que se avizinham, a possessão de “enclaves privilegiados” em todos os oceanos, constitui para a União Europeia, hoje mais do que nunca, uma vantagem essencial. A política da União Europeia em relação a estas regiões deve estar alicerçada nesta realidade.

Apesar do seu escasso peso económico e demográfico, devido à sua situação geográfica e ao seu ambiente natural, dão outra dimensão à União Europeia: a possibilidade de utilizar o espaço de forma independente e fora das tensões internacionais, uma zona marítima exclusiva de grande extensão, uma posição geo-estratégica valiosa, locais privilegiados para a implantação de actividades de investigação científica e alta tecnologia...

As Regiões Ultraperiféricas têm muito para oferecer ao resto da UE. Eis alguns exemplos:

- O espaço.
- A biodiversidade.
- O âmbito marítimo da UE: a Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Grande telescópio de Canárias, La Palma.

O espaço

A base de lançamento de Kourou na Guiana francesa permite à UE explorar um espaço de uma forma independente na melhor zona do planeta, dado que está localizado, praticamente, sobre o Equador. A possibilidade que a UE tem de lançar para o espaço foguetes e satélites a menores custos, obedece, fundamentalmente, a que Guiana é uma Região francesa, e portanto, comunitária. A cobertura planetária e a qualidade das imagens de televisão, Internet de alta velocidade, a telefonia móvel ou os sistemas de posicionamento de itinerários de transporte por estrada, mar ou ar (Galileu ou GPS), são exemplos quotidianos de tal progresso. A plataforma de lançamento comunitária actualmente é a que põe em órbita o maior número de satélites de outros países. Tal facto reflecte o valor acrescentado que a Guiana francesa dá à Europa.

O céu das Ilhas Canárias foi denominado pelos cientistas como “a janela do universo”. A Estação Espacial de Maspalomas (Gran Canaria) serve de antena de transmissão da informação emitida pelos satélites colocados em órbita pela Agência Espacial Europeia.

O Instituto Astrofísico de Canárias (IAC) conta com os Observatórios de El Teide (Tenerife), especializado no estudo do disco solar e do Roque de Los Muchachos (La Palma), considerado como um dos melhores locais do planeta para a observação das estrelas. Ambos os observatórios constituem o “European Northern Observatory (ENO)”. Onze países de Europa estão presentes neste centro astrofísico, actualmente o melhor equipado do mundo, graças ao Acordo de Cooperação Astrofísica, assinado em 1979, que lhes concede a participação efectiva para adoptar as decisões do Comité Científico Internacional (CCI). Esta

concentração de investimentos no Arquipélago Canário, a nível europeu e mundial, é um bom exemplo do interesse que representa para a Europa esta Região Ultraperiférica.



Instituto Astrofísico de Canárias. Izaña, Tenerife

A biodiversidade

A biodiversidade tropical e subtropical da Europa ultraperiférica é uma parte importante da biodiversidade mundial e faz com que estas regiões apesar de estarem tão afastadas sejam espaços geográficos essenciais para o equilíbrio ecológico do planeta. As RUP facilitam a contribuição efectiva da UE na luta contra a redução da biodiversidade e aumenta a sua capacidade para se enfrentar a ela no plano mundial. As Ilhas e a selva são laboratórios muito interessantes nos quais se podem obter resultados significativos, a partir de experiências que analisem os efeitos da redução da sua biodiversidade, que posteriormente serão estudados no continente. As principais fontes da biodiversidade das Regiões Ultraperiféricas são os bosques, a selva e o mar.

Graças à Guiana francesa, a União Europeia tem uma parte da selva amazónica, situando-se, portanto, no primeiro plano relativamente aos meios de acção utilizados, nomeadamente em colaboração com o Brasil, para salvaguardar este património e assim lutar contra a redução da biodiversidade, e por conseguinte, contra a alteração climática. A selva amazónica é o ecossistema mais antigo e complexo do planeta e tem metade das espécies vegetais e animais do planeta (aproximadamente 1 milhão). No entanto muitas são destruídas antes de serem descobertas.

O bosque tropical contribui de forma notória para a protecção da saúde. É o maior provedor natural dos grandes laboratórios do mundo. Grande parte das plantas utilizadas para combater o cancro foram encontradas nos bosques tropicais cuja origem é a selva amazónica. Até ao presente momento, apenas 1% das espécies vegetais dos bosques tropicais e da selva foram estudadas.





A laurissilva, um tipo de bosque subtropical que se encontra unicamente nas Ilhas Canárias, nos Açores e na Madeira, é um verdadeiro laboratório único no mundo de um valor incalculável para os cientistas. Estes bosques estão formados, principalmente, por espécies endémicas. Além do mais a laurissilva é, também, uma fonte de produtos naturais de grande interesse fitossanitário.

O âmbito marítimo da UE: a Zona Económica Exclusiva (ZEE)

As Regiões Ultraperiféricas representam mais de metade da Zona Económica Exclusiva da União Europeia: cerca de 15 dos 25 milhões de km² em total. Tal facto significa que toda a riqueza que for descoberta no âmbito marítimo (na superfície ou nas profundidades do subsolo) pertence em exclusivo à União Europeia. O espaço marítimo é, também, um campo de experiências em matéria de segurança alimentar e na luta contra o aquecimento climático do planeta. O mar constitui globalmente uma fonte de riqueza indiscutível e de grande consideração para as sociedades humanas, dado que daí se extrai uma parte muito importante da sua alimentação. A riqueza não está formada só por espécies animais, de onde provêm actualmente os produtos da pesca, mas também por inúmeros organismos (tais como as algas, os microorganismos...) cuja importância para a alimentação está reconhecida, e cujas potencialidades estão ainda longe de serem estudadas ou exploradas. Portanto, a ZEE das RUP representa para a Europa, uma imensa reserva de riqueza.

Actualmente, os cientistas estão a realizar um inventário de recursos que podem ser encontrados na ZEE. Em função dos seus resultados, poder-se-ão projectar novas saídas, quer industriais quer comerciais. Calcula-se que no futuro próximo além do petróleo também se poderá explorar o gás. Os jazigos de gás presentes nos fundos marinhos da Guiana francesa, Reunião, Martinica e Guadalupe são um fabuloso tesouro energético com um enorme potencial. Trata-se, portanto, de uma possível via de contribuição significativa para a independência energética de Europa.

A ZEE oferece em profusão de jazigos minerais: metais base (cobre, chumbo e zinco), minerais não metálicos (argila, zeólito...), e metais



preciosos (ouro), e é uma reserva excepcional de recursos utilizados para a elaboração de materiais de primeira necessidade para as infra-estruturas terrestres, tal como a pedra pomes vulcânica, diversos tipos de pedras granuladas, etc. Num planeta onde as terras emergidas estão cada vez mais povoadas e sobre as que o aumento de situações de abundância face a condições de escassez (de água, de oxigénio, de energia, de produtos alimentares...) torna-se cada vez mais evidente o valor incalculável que desempenha a ZEE.



Porto de Las Palmas, Gran Canaria.

Estes exemplos mostram a fonte de riqueza indispensável que representam as RUP para a União Europeia:

- Contribuem para a presença da UE nos três continentes, oceanos e mares, dando-lhe assim uma dimensão planetária.
- São um local privilegiado para a UE no âmbito da investigação e conquista do espaço.
- Convertem a UE num espaço único de biodiversidade, tanto terrestre como marinha.
- Contribuem, também, para uma maior participação na conservação do planeta (alterações meteorológicas, segurança em matéria de desastres climáticos e sísmicos).

Por tudo isto, as Regiões Ultraperiféricas merecem ser conhecidas e reconhecidas no seio da União Europeia.



A OPERAÇÃO QUADRO REGIONAL RUP plus

A Operação Quadro Regional RUP plus é um projecto de cooperação entre as sete Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia participado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através da iniciativa comunitária INTERREG III C.

Esta operação, que começou no dia 1 de Janeiro de 2005 com uma duração de três anos e meio e um orçamento de 5 milhões de euros, está liderada pela Direcção Geral de Assuntos Económicos com a UE do Governo de Canárias e tem como parceiros os Governos e Conselhos regionais das outras seis regiões. O seu principal objectivo é contribuir para a definição e lançamento de uma estratégia global e coerente de desenvolvimento sustentável a qual é solicitada pela União Europeia para as RUP.

O carácter mais inovador da operação RUP plus, concebida no quadro das reuniões periódicas do Comité de Acompanhamento da Conferência de Presidentes RUP, deve-se ao facto de que pela primeira vez as sete Regiões Ultraperiféricas participam conjuntamente num projecto europeu de cooperação inter-regional.

Neste sentido, a operação RUP plus contribuiu, através do intercâmbio de experiências entre estas regiões, numa melhoria da sua competitividade, bem como no estabelecimento de posições comuns em sectores considerados como estratégicos, assim como a análise dos efeitos da mundialização para as RUP e para uma melhor inserção regional no seu espaço geográfico.

A operação contribuiu também para o desenvolvimento de uma estrutura central de informação e para melhorar a visibilidade destas regiões na UE, as quais estão caracterizadas por uma série de desvantagens permanentes que dificultam gravemente o seu desenvolvimento mas que, ao mesmo tempo, dão um valor acrescentado à UE devido à sua particular situação geográfica e ambiental: uma zona marítima mais estendida, uma valiosa situação geo-estratégica e um local privilegiado para a implantação de actividades de investigação científica.

A longo prazo, a operação RUP plus contribuirá para melhorar a competitividade destas regiões, para o desenvolvimento de estruturas permanentes e comuns de cooperação, para melhorar a eficácia das intervenções dos Fundos Estruturais nas RUP, assim como de ponto de partida de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentável para as RUP.

O Comité de Pilotagem da operação RUP plus aprovou 14 projectos, os quais tiveram início em Outubro de 2005, em sectores tais como a biodiversidade, investigação e desenvolvimento, os serviços de interesse económico geral, o emprego, fiscalidade e ajudas de Estado, pesca, política marítima, saúde, telecomunicações, inserção regional, entre outros. Cada projecto foi liderado por uma Região Ultraperiférica e contou com a participação das sete regiões.

OS PROJECTOS

COMPETITIVIDADE

- Os Serviços de Interesse Económico Geral nas Regiões Ultraperiféricas (SIEGRUP).
- A Situação Macro-económica da Ultraperiferia (MACRORUP).
- A Pesca da Ultraperiferia Europeia (PESRUP).
- A Biodiversidade como Factor de Desenvolvimento das RUP (BIODERUP).
- Competitividade e Emprego nas RUP (CEMRUP).
- A Exploração de Recursos Marinhos para a Produção de Electricidade nas RUP (NRJRUP).
- Avaliação do Impacto das Ajudas de Estado e das Medidas Fiscais no Desenvolvimento das RUP (AFISCRUP).
- Conhecimentos Geo-referenciados on-line sobre o Coração (COLGE).
- Genes e Hipertensão (GENHYMAPE).
- Epidemiologia e Asma (EPIASMA).

MUNDIALIZAÇÃO

- Os Acordos Comerciais e o seu Impacto sobre as RUP (RUPOMC).
- As Regiões Ultraperiféricas face aos Regionalismos Económicos Vizinhos (RUPREV).
- A Política Marítima nas RUP (RUPMER).
- As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC): Instrumentos Dirigidos à Compensação do afastamento das RUP (TICRUP).

Governo Regional dos Açores

- A Situação Macro-económica da Ultraperiferia (MACRORUP).
- A Pesca da Ultraperiferia Europeia (PESRUP).

Governo de Canárias

- Os Serviços de Interesse Económico Geral nas Regiões Ultraperiféricas (SIEGRUP).

Conselho Regional de Guadalupe

- As Regiões Ultraperiféricas face aos Regionalismos Económicos Vizinhos (RUPREV).
- Competitividade e Emprego nas RUP (CEMRUP).

Conselho Regional de Guiana

- A Biodiversidade como Factor de Desenvolvimento das RUP (BIODERUP).
- As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC): Instrumentos Dirigidos à Compensação do afastamento das RUP (TICRUP).

Governo Regional da Madeira

- Avaliação do Impacto das Ajudas de Estado e das Medidas Fiscais para o Desenvolvimento das RUP (AFISCRUP).
- Conhecimentos Geo-referenciados on-line sobre o Coração (COLGE).
- Genes e Hipertensão (GENHYMAPE).
- Epidemiologia e Asma (EPIASMA).

Conselho Regional da Martinica

- A Exploração de Recursos Marinhos para a Produção de Electricidade nas RUP (NRJRUP).

Conselho Regional de Reunião

- A Política Marítima nas RUP (RUPMER).
- Os Acordos Comerciais e o seu Impacto sobre as RUP (RUPOMC).

A Situação Macro-económica da Ultraperiferia [MACRORUP]

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Açores	Todas as RUP	163.995 €	85%	24 meses

A situação das RUP vem determinada pela interação de um conjunto de características; dupla pertinência geográfica, vincado afastamento do continente europeu, pequena dimensão (territorial e demográfica) e isolamento (ausência de importantes mercados limítrofes). O impacto da interação destas características determina a especificidade do processo de crescimento e desenvolvimento económico ultraperiférico. Existe um défice de conhecimento e de visibilidade sobre a verdadeira dimensão macro-económica desta especificidade e das consequências que acarreta. A Comissão Europeia, na sua Comunicação “Uma parceria reforçada para as Regiões Ultraperiféricas” COM (2004) 343 final, de 26 de Maio, reconhece este défice e salienta a necessidade de aprofundar a investigação científica neste âmbito.

O projecto MACRORUP, liderado pela Direcção Regional de Assuntos Europeus e de Cooperação Externa dos Açores, tinha por um lado como objectivo melhorar a caracterização da especificidade do processo de crescimento e desenvolvimento económico na ultraperiferia Europeia e as suas perspectivas de evolução, e por outro lado contribuir para consciencializar e controlar a problemática macro-económica da ultraperiferia Europeia, na União Europeia, nos Estados-membros e nas regiões.

No âmbito deste projecto realizou-se, em primeiro lugar, um documento de apoio de caracterização económica e estatística das RUP e de revisão da literatura relacionada com o tema. Posteriormente, organizou-se a conferência internacional intitulada “A situação macro-económica da

ultraperiferia Europeia” no dia 15 de Dezembro de 2006, no Comité de Regiões em Bruxelas, na qual participaram como conferencistas prestigiados professores de economia de diferentes universidades Europeias e americanas, assim como representantes dos Governos das RUP. As contribuições da conferência e as considerações dos especialistas (nomeadamente sobre crescimento económico e geografia económica) sobre a realidade macro-económica das RUP foram incorporadas no estudo realizado, o qual proporcionará elementos de ponderação para a reflexão estratégica da política económica a desenvolver a médio e longo prazo na ultraperiferia Europeia.



Mercado de Saint-Denis, Reunião.

A Pesca na Ultraperiferia Europeia no Horizonte 2013 [PESRUP]

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Açores	Todas as RUP	252.050 €	85%	24 meses

A situação ultraperiférica das RUP está determinada pela interacção de um conjunto de características que determinam, entre outros aspectos, uma estrutura produtiva pouco diversificada alicerçada no sector primário, na transformação dos seus produtos e no turismo. A ausência de mercados vizinhos articulados, uma capacidade de recursos limitada, assim como o reduzido tamanho dos seus mercados explicam a dificuldade da diversificação produtiva e da especificidade do seu processo de crescimento económico. Daí, a grande importância dos recursos marítimos, da sua utilização e da exploração da zona marítima contígua a estes territórios para as economias das RUP, cujo desenvolvimento económico passa, necessariamente, por um melhor posicionamento destas regiões no referente à exploração das potencialidades obtidas pelas suas Zonas Económicas Exclusivas.

O objectivo do projecto PESRUP, liderado pela Direcção Regional de Pesca do Governo Regional dos Açores, visava a previsível evolução da actividade pesqueira nas RUP, assim como uma maior consciência e visibilidade da problemática pesqueira na ultraperiferia, a nível da União Europeia, os Estados-membros e as Regiões.

O estudo realizado no âmbito deste projecto sobre a evolução da actividade pesqueira nas RUP até 2013, proporcionou elementos para a análise e reflexão estratégica da acção das autoridades regionais. Tais elementos visavam a gestão da actividade do sector e a política pesqueira comum das RUP, a médio e longo prazo.

A apresentação pública dos resultados dos trabalhos e o debate sobre as alternativas da acção apresentada, realizou-se através de uma conferência intitulada “A situação da pesca nas Regiões Ultraperiféricas no horizonte de 2013”, que teve lugar a 14 de Setembro de 2007 no Faial, Açores. Na qual participaram, como conferencistas, representantes da Comissão Europeia, da consultora responsável por realizar o estudo e autoridades e peritos de todas as RUP.

O projecto PESRUP contribuiu para reforçar o reconhecimento da especificidade da problemática da ultraperiferia e proporcionar os elementos de ponderação e os roteiros das acções a levar a cabo no sector pesqueiro para todos os responsáveis políticos, as RUP, os Estados-membros e a União Europeia.



Conferência final PESRUP, Faial, Açores, Setembro, 2007.



Os Serviços de Interesse Económico Geral nas Regiões Ultraperiféricas [SIEGRUP]

(Transporte, Resíduos, Energia e Direitos de Emissão).

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Canárias	Todas as RUP	199.260 €	85%	24 meses

Os Serviços de Interesse Económico Geral (telecomunicações, serviços postais, electricidade, gás, transportes, resíduos, etc.), exercem um papel muito importante na competitividade da economia das Regiões Ultraperiféricas e favorecem a sua coesão social. A existência de redes que proporcionem serviços eficazes e acessíveis é uma condição determinante para a implantação de actividades produtivas, pelas vantagens que representam, quer para as empresas que as utilizam quer para as pessoas que trabalham nestas regiões.

Para as RUP, a pequena dimensão dos seus mercados, a sua fragmentação territorial e o seu isolamento na zona geográfica onde estão localizadas, dificultam, nomeadamente, o fornecimento de alguns serviços de interesse geral nestas regiões. A ausência de economias de escala incide directamente nos custos de abastecimento dos serviços implicados, no grau de concorrência e, portanto, nas tarifas. Por sua vez, a liberalização destes serviços proposta pela normativa comunitária incide especificamente nas RUP, facto que deveria ser analisado.

O objectivo principal do projecto SIEGRUP era, portanto, obter um diagnóstico sobre o efeito da liberalização dos mercados dos serviços de interesse económico geral nas RUP com relação às especificidades reconhecidas para estas regiões pelo artigo 299.2 do Tratado, melhorar o conhecimento da estrutura e a evolução dos mercados deste tipo de serviços, analisar a aplicação da obrigação de serviço universal e o

seu financiamento e examinar a evolução dos preços, a qualidade e a acessibilidade do abastecimento de tais serviços nas RUP, em relação à evolução nos Estados-membros em questão e também na UE.

Para levar a cabo este projecto, liderado pela Direcção Geral de Assuntos Económicos com a UE do Governo de Canárias, foram realizados quatro seminários temáticos e quatro Relatórios de apoio orientados aos seguintes sectores de particular relevância para estas regiões: o Abastecimento de Energia Eléctrica, a Recolha e Valorização de Resíduos, o Transporte Aéreo e Marítimo e o Intercâmbio de Direitos de Emissão na Aviação.

Três destes seminários tiveram lugar na sede do Comité de Regiões, em Bruxelas: o primeiro sobre os Serviços de Interesse Económico Geral e o sector eléctrico nas RUP, a 23 de Novembro de 2005; o segundo abordou a temática dos sistemas de recolha e valorização de resíduos, a 21 de Junho de 2006 e o terceiro sobre a inclusão do sector da aviação no comércio de direitos de emissão de gás de efeito estufa, a 22 de Outubro de 2007. O seminário “Os Serviços de Interesse Económico Geral nas RUP: o transporte aéreo e marítimo” teve lugar em Las Palmas de Gran Canaria, durante os dias 2 e 3 de Novembro de 2006. Em todos houve uma importante presença de representantes da Comissão Europeia e de outras instituições comunitárias, assim como dos Ministérios da Indústria, Transporte ou do Ambiente de França,

Espanha e Portugal, operadores regionais dos sectores implicados, Câmaras de Comércio e representantes de todas as RUP, entre outros. As conclusões e os estudos elaborados no âmbito deste projecto permitiram aprofundar no conhecimento desta problemática nas RUP, analisar e avaliar as medidas aplicadas, quais as melhores práticas e realizar propostas concretas para o futuro, que servirão de apoio à Comissão Europeia no momento da resolução dos problemas particulares destas regiões durante a aplicação da regulamentação comunitária no âmbito dos Serviços de Interesse Económico Geral. A longo prazo, estes resultados irão contribuir para melhorar a competitividade da economia das RUP.



Seminário do Transporte Marítimo e Aéreo. Las Palmas de Gran Canaria, Novembro, 2006.

As Regiões Ultraperiféricas face aos Regionalismos Económicos Vizinhos [RUPREV].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Guadalupe	Todas as RUP	220.336 €	85%	24 meses

A inscrição das relações externas da União Europeia sob o signo da cooperação e o livre intercâmbio, nomeadamente com países terceiros vizinhos das RUP, reforça a necessidade de ajudar as instâncias comunitárias a reflectirem sobre as novas ferramentas que começarão a ser utilizadas com o objectivo de reforçar os vínculos de cooperação existentes.

De acordo com a estratégia definida pela Comissão Europeia, a integração regional das RUP e dos países ACP (África, Caribe e Pacífico) vizinhos será realizada segundo o Plano de Acção para a Grande Vizinhança, que inclui dois tipos de intervenções: as medidas de política comercial e aduaneira, entre os quais se destacam os Acordos de Parceria Económica (APE) entre a UE e os países ACP, e os programas transnacionais e a cooperação transfronteiriça. Por seu turno, a X Conferência de Presidentes das RUP salientou a imperiosa necessidade de estabelecer uma verdadeira dinâmica para o desenvolvimento de um plano de intervenção que contribuísse para a inserção regional das RUP no seu espaço imediato, estabelecendo programas de desenvolvimento por zona geográfica (Espaço Macaronésia, Caribe e Oceano Índico).

Neste quadro encaixa-se o projecto RUPREV, pilotado pelo Conselho Regional de Guadalupe que visa a identificação das problemáticas vinculadas aos intercâmbios económicos, quer dos sectores de bens e serviços, quer no âmbito das questões vinculadas ao comércio,

cooperação económica e intercâmbios socioculturais entre as RUP e os países ACP do seu espaço geográfico.

O projecto também serviu para pôr em comum as reflexões das RUP sobre os regionalismos económicos visando promover o surgimento de um pensamento regional comum às RUP para a instauração de um Plano de Acção de Grande Vizinhança, salientando ao mesmo tempo as dificuldades particulares às quais se enfrenta cada uma delas.

No âmbito do projecto RUPREV foram organizados três seminários em cada um dos espaços geográficos (Macaronésia, Caribe e Oceano Índico) implicando também os representantes dos países terceiros ACP vizinhos às RUP, e à Comissão Europeia.

O primeiro seminário “O futuro da cooperação entre a Macaronésia (Madeira, Açores, Canárias) e os países ACP do seu espaço geográfico: potencial e desafios” teve lugar a 19 de Maio de 2006 em Las Palmas de Gran Canaria, organizado pela Direcção Geral de Assuntos Económicos com a UE do Governo de Canárias. Contou com a participação de conferencistas representantes dos Governos do Senegal, Mauritânia e Cabo Verde, da Comissão Europeia, Ministério de Assuntos Exteriores de Espanha, AEI e representantes das RUP, entre outros.

O segundo seminário “A inserção regional da Guadalupe, Guiana e Martinica: desafios e oportunidades”, organizado pelo Conselho Regional da Guadalupe, organizou-se nos dias 14 e 15 de Setembro de 2006 em Guadalupe e contou com uma ampla representação como

conferencistas os representantes dos países ACP vizinhos do Caribe, do CARIFORUM, Comissão Europeia, Universidades e das RUP.

Por último, o terceiro seminário organizado pelo Conselho Regional de Reunião, “A integração regional no sudoeste do Oceano Índico”, realizou-se em Saint Denis (Reunião) durante os dias 4 e 5 de Outubro de 2006, contando com a participação de conferencistas representantes da Comissão Europeia, COMESA, Comissão do Oceano Índico, Câmaras de Comércio e de Indústria, ONGs e representantes das RUP, entre outros.

As conclusões e estudos derivados destes trabalhos permitiram reforçar os intercâmbios relativos às políticas de cooperação levadas a cabo pelas RUP nas suas respectivas zonas e avaliar e otimizar os mecanismos e procedimentos de cooperação existentes no quadro da nova política de cooperação territorial da UE, nomeadamente no referente à articulação do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Os resultados do projecto permitiram, também, realizar uma avaliação dos desafios e oportunidades que oferecem para as RUP, os processos de integração económica em curso (Acordos de Parceria Económica entre os países ACP e a UE) nas três zonas geográficas. A longo prazo, os resultados do projecto RUPREV servirão para estabelecer uns relatórios destinados a apoiar as propostas das RUP junto à Comissão Europeia com o objectivo de tornar a cooperação numa ferramenta de desenvolvimento económico para estas regiões.



Seminário RUPREV - Espaço Caribe, Guadalupe, Setembro, 2006.



Seminário RUPREV - Espaço Oceano Índico, Saint-Denis, Reunião, Outubro, 2006.

Competitividade e Emprego nas RUP [CEM-RUP].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Guadalupe	Todas as RUP	220.241 €	85%	24 meses

As políticas de emprego e os dispositivos de ajuda são factores chave para o desenvolvimento da competitividade das Regiões Ultraperiféricas dado que contribuem para a implantação de novas empresas e para a modernização e diversificação do tecido empresarial. Este projecto nasce da vontade das RUP de levar a cabo uma reflexão comum para a identificação de linhas estratégicas de actuação e de acções inovadoras neste âmbito.

O projecto CEMRUP, liderado pelo Conselho Regional de Guadalupe, estava, portanto, dirigido a aumentar a competitividade das RUP desenvolvendo a cooperação entre elas através das políticas de emprego e dos dispositivos de ajuda. Também, visava o intercâmbio de experiências e boas práticas, assim como a definição de uma estratégia para o desenvolvimento de acções inovadoras no âmbito dos programas europeus 2007-2013.

Assim, foram realizadas em primeiro lugar monografias regionais sobre a estrutura do emprego e o impacto dos dispositivos de ajuda em cada RUP. Posteriormente, foi organizado, um seminário de intercâmbio de boas práticas e experiências entre os parceiros, durante os dias 12 e 13 de Dezembro de 2006 em Point-à-Pitre, Guadalupe. O estudo de "Identificação de Boas Práticas e de Linhas Estratégicas de Cooperação entre as RUP" foi apresentado e debatido no âmbito de uma conferência final "As Regiões Ultraperiféricas na estratégia de Lisboa", organizada no dia 9 de Março de 2007, na sede do Comité de Regiões, em

Bruxelas. Esta conferência contou com a participação, de conferencistas representantes da Comissão Europeia e do Comité de Regiões, assim como de representantes das RUP e da consultora responsável pela realização dos diferentes estudos.

Seguidamente numa segunda fase, o projecto CEMRUP permitiu também a criação de uma plataforma interactiva Internet de intercâmbio de dados e experiências sobre o emprego, a criação de empresas e a inovação entre as RUP.

Este projecto contribuiu, sem qualquer dúvida, para a mobilização dos actores económicos locais, o intercâmbio de boas práticas e a melhorar o conhecimento dos dispositivos de ajuda para o emprego em benefício das empresas nas diversas regiões. Assim com também permitiu definir linhas estratégicas para reforçar a cooperação entre as RUP neste âmbito face ao futuro.



Mercado artesanato, Saint-Denis, Reunião.

As TIC: Ferramentas para a Compensação do Afastamento das RUP [TICRUP].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Guiana	Todas as RUP	154.823 €	85%	24 meses

As comunicações da Comissão “eEuropa 2005”, de 21 e 22 de Junho de 2002, e “Comunicações electrónicas: para uma economia do conhecimento”, de 11 de Fevereiro de 2003, contêm a estratégia Europeia e o plano de acção que visa o desenvolvimento da sociedade da informação. Os seus principais âmbitos de actividade são: a administração, a educação à distância, a telemedicina e o comércio electrónico, assim como o acesso à banda larga, tendo em conta, simultaneamente, a competitividade e a coesão social num espaço global dinâmico. Neste contexto menciona-se especificamente o excessivo custo dos investimentos devido ao isolamento e à baixa densidade demográfica das Regiões Ultraperiféricas. Por sua vez, a Comissão solicitou no ano 2000 um estudo sobre as tecnologias da informação e da comunicação nas RUP.

Neste quadro encaixa o projecto TICRUP, liderado pelo Conselho Regional da Guiana, que visa actualizar e valorizar o estudo sobre as TIC nas RUP, realizado no ano 2000; favorecer o intercâmbio de informação e de experiências, definir as condições gerais de integração das TIC no espaço geográfico imediato e elaborar estratégias comuns para as RUP.

O seminário de lançamento do projecto TICRUP, celebrado em Caiena durante os dias 5 e 6 de Outubro de 2006, contou com a participação de peritos das sete Regiões Ultraperiféricas e permitiu realizar o intercâmbio de experiências e a identificação de eixos de acção comum

para o desenvolvimento das TIC nestas regiões. As contribuições deste seminário serviram de base para a elaboração de um estudo e de um documento comum estratégico entre as RUP que será apresentado junto à Comissão Europeia para uma melhor consideração das particularidades do desenvolvimento da sociedade da informação nestas regiões.

Os resultados do projecto TICRUP facilitaram uma visão do conjunto das RUP e dos desafios e vantagens das TIC nestas regiões, aportando uma melhor apreensão dos critérios de competitividade em relação ao espaço dos países terceiros vizinhos e revelando a eficácia das acções destinadas a desenvolver o seu uso por parte do grande público e das competências. Os seus impactos a longo prazo contribuíram, também, para a aplicação do eixo 3 da Agenda 21 Local (serviços de base para todos no conjunto do território).



A Biodiversidade como factor de Desenvolvimento das RUP [BIODERUP].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Guiana	Todas as RUP	195.536 €	85%	18 meses

O projecto BIODERUP visava estabelecer uma estratégia para as RUP no âmbito da Biodiversidade, reforçando a sua capacidade para revalorizar o seu património natural, tanto em termos de imagem como sobre o plano económico, através da valorização das vantagens competitivas vinculadas à importância da biodiversidade nestas regiões. Tratava-se de avaliar, em primeiro lugar, o estado de conhecimento da Biodiversidade nas RUP e, posteriormente, os impactos directos e indirectos da sua gestão. Por último, o projecto estudou as estratégias que se devem aplicar para otimizar o impacto positivo da gestão da biodiversidade no desenvolvimento das RUP.

O Conselho Regional da Guiana, Chefe de Fila do projecto BIODERUP, articulou os trabalhos através da realização de workshops, estudos e seminários. O seminário de lançamento do projecto teve lugar do dia 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 2005, organizado pelo Parque Natural Regional da Guiana em colaboração com o Conselho Regional e com a participação de representantes de todas as RUP, investigadores e gestores de espaços naturais. O segundo workshop foi organizado na Madeira, de 16 a 21 de Julho de 2006.

No âmbito destes encontros realizou-se uma análise comparativa e um balanço sobre o estado de conhecimento da biodiversidade como factor de desenvolvimento nas RUP bem como o estudo de dois casos concretos de valorização da biodiversidade nestas regiões. Os diferentes workshops permitiram estabelecer as estratégias destinadas a minimi-

zar os custos vinculados à manutenção e à protecção da biodiversidade e a maximizar as potenciais mais valias resultantes da valorização da biodiversidade num quadro de desenvolvimento sustentável.

Além do estudo de valorização, o projecto BIODERUP permitiu realizar um documento estratégico com uma listagem de acções identificadas, entre elas estão as de carácter informativo, com o objectivo de recordar à Europa e à comunidade internacional a importância da biodiversidade nas RUP assim como a publicação de um folheto intitulado “As Regiões Ultraperiféricas: um capital natural de excepção para a Europa”.





Avaliação do Impacto das Ajudas de Estado e das Medidas Fiscais para o Desenvolvimento das RUP [AFISCRUP].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Madeira	Todas as RUP	181.510 €	85%	24 meses

A modernização e diversificação do tecido empresarial das RUP constitui um elemento básico na estratégia de desenvolvimento destas regiões. Para conseguir tal facto é necessário continuar e aprofundar no tratamento específico que se aplica às ajudas de Estado e à sua política fiscal, com o fim de compensar os custos adicionais ocasionados pela sua condição ultraperiférica. Tal permitirá melhorar a competitividade das suas economias e, no contexto de um mercado global e uma União Europeia alargada, exercer um maior poder de atracção para o investimento nos sectores estratégicos, conforme os objectivos de Lisboa.

O projecto AFISCRUP, liderado pela Direcção Regional de Assuntos Europeus e Cooperação Externa da Madeira, visava analisar a contribuição das ajudas estatais e das medidas fiscais para a atenuação das desvantagens inerentes às RUP e avaliar a sua importância no desenvolvimento socioeconómico destas regiões, nomeadamente nos aspectos relacionados com a implantação de novas empresas, a modernização e a diversificação do tecido empresarial.

No âmbito deste projecto realizou-se um estudo que permitiu avaliar o peso da contribuição das ajudas estatais e das medidas fiscais, tanto na atenuação dos efeitos derivados da ultraperiferia, no crescimento e na competitividade das RUP, como na medição do impacto e eficácia destas disposições durante a concretização da estratégia de desenvolvimento socio-económico e assim determinar os efeitos das ajudas nos intercâmbios comerciais livres entre os Estados-membros e

na distorção da competência. A longo prazo, os resultados do projecto servirão para apoiar a tomada de iniciativas comunitárias adequadas às especificidades destas regiões no âmbito das ajudas estatais e da fiscalidade.

Este estudo foi apresentado e discutido no âmbito da conferência final organizada pelo Chefe de Fila do projecto, a 26 de Junho de 2007, no Comité de Regiões, em Bruxelas. A citada conferência contou com a participação de representantes do Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Comité de Regiões e dos Governos das Regiões Ultraperiféricas, entre outros.



Aeroporto de Lanzarote, Canárias.

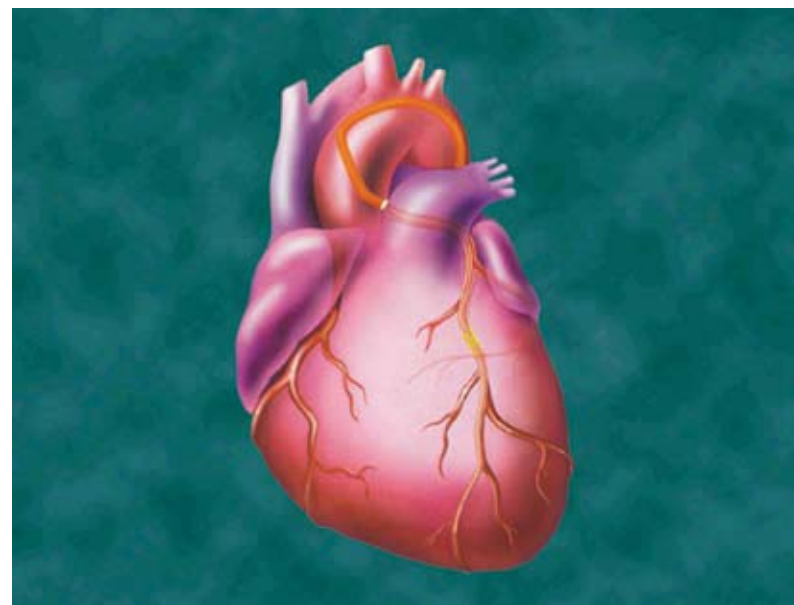
Conhecimento Geo-referenciado on-line sobre o Coração [COLGE].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Madeira	Todas as RUP	61.760 €	85%	24 meses

A morbidade e a mortalidade das doenças cardiovasculares nas Regiões Ultraperiféricas é conhecida mas menos estudada que nas respectivas regiões continentais, apesar de existirem dados que indicam uma maior incidência em algumas RUP. A realização de registos da incidência destas doenças poderão preencher esta lacuna dado que são instrumentos essenciais para a investigação epidemiológica, clínica, da vigilância de frequências e da avaliação dos custos e da eficácia da assistência sanitária.

O objectivo principal do projecto COLGE, liderado pelo Serviço Regional de Saúde da Madeira, era aprofundar no conhecimento da situação das doenças cardiovasculares nas RUP, especialmente na Doença Isquemia Cardíaca (MIC). O projecto permitiu a criação de um site em Internet ao serviço de todos os parceiros como apoio à consulta e exploração de informação geo-referenciada sobre as doenças cardiovasculares no conjunto das RUP.

A criação de uma solução informática ao serviço de todos os parceiros, a divulgação dos resultados em Internet através da web das Regiões Ultraperiféricas, assim como a promoção do projecto nos principais motores de pesquisa na rede, contribuíram para a criação de uma informação permanente e acessível para o conjunto das pessoas interessadas.



Genes e Hipertensão [GENYMAPE].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Madeira	Todas as RUP	60.443 €	85%	21 meses

A hipertensão arterial (HTA) é uma doença muito presente na Madeira. É um factor importante de risco de doença cardiovascular, a principal causa de morte e incapacidade, um verdadeiro problema de saúde pública, que atinge mais de uma quarta parte (25 a 30%) da população adulta e pode evoluir, silenciosamente, durante anos. Os benefícios da sua detecção precoce e do seu controlo são patentes. Há múltiplos genes que influem na susceptibilidade para padecer o HTA e as variações destes genes, as relações entre eles e os factores ambientais tornam difícil pôr em evidência a importância patogénica destas variantes genéticas na etiologia e patologia do HTA.

O projecto GENYMAPE, liderado pelo Serviço Regional de Saúde da Madeira, tinha como objectivo detectar a associação entre os polimorfismos de alguns genes (candidatos para HTA) e a existência de hipertensão arterial na população da Madeira, estabelecer o risco genético da doença, avaliar a eficácia terapêutica segundo o perfil de risco genético do doente e ampliar os objectivos anteriores ao resto das RUP, compartilhando experiências científicas no âmbito da genética e da farmacogenética.

Estes objectivos foram alcançados através da realização de um estudo epidemiológico prospectivo e operacional, da criação de uma base de dados acessível a todas as RUP e à divulgação dos resultados através da web. Os resultados deste projecto representarão uma ferramenta para o futuro que permitirá um controlo inteligente das pessoas hipertensas

de acordo com o seu perfil genético por meio da identificação das possíveis diferenças segundo os diversos perfis genéticos de risco (étnicos, ambientais, de comportamento) que serviriam de orientação futura para o controlo da hipertensão guiada pelo perfil genético das populações das RUP.



Epidemiologia e Asma [EPIASMA].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Madeira	Todas as RUP	60.377 €	85%	21 meses

O predomínio da asma aumenta em todo o mundo, nomeadamente nos países desenvolvidos, devido à interacção do meio ambiente com a predisposição genética à doença por parte das diversas populações. Devido às suas características, pode-se prever para os próximos anos um desenvolvimento rápido que se pretende estabilizar. A determinação da sua influência e vigilância epidemiológica poderá ser um indicador importante acerca do tipo de desenvolvimento que terá lugar em cada região no futuro, além de visar o objectivo principal: a avaliação da asma bronquial.

O objectivo principal do projecto EPIASMA, liderado pelo Serviço Regional de Saúde da Madeira, era a caracterização epidemiológica da doença asmática nas populações afectadas, a identificação dos genes associados à doença e a sua correlação com características específicas do doente e do ambiente na Madeira, Canárias e Reunião. As variações da incidência desta patologia, são devido à interacção entre a genética destas populações e o ambiente. As especificidades consubstanciais a estes territórios ultraperiféricos que oferecem condições únicas para a investigação, justificam este estudo cuja interdisciplinaridade e complementaridade permitirão planificar medidas preventivas que condicionarão a influência e o tratamento da doença asmática.

No âmbito do projecto EPIASMA realizou-se uma base de dados acessível a todas as RUP para conhecer melhor a epidemiologia da asma nestas regiões, assim como um estudo dos marcadores genéticos

associados à doença asmática que permitiu comprovar a relação entre estes marcadores, o predomínio da asma e a sensibilização alérgica. A longo prazo, os resultados do projecto contribuirão para a prevenção desta doença nas RUP e proporcionar elementos de reflexão para os responsáveis políticos no referente às políticas de saúde e, nomeadamente, ao aspecto da prevenção. O projecto permitiu, também, aprofundar na cooperação entre os profissionais da saúde, nos investigadores das RUP, tornando possível a formação de competências e o intercâmbio de experiências.



A Exploração dos Recursos Marinhos para a Produção de Electricidade nas RUP [NRJRUP].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Martinica	Todas as RUP	336.393 €	85%	21 meses

As Regiões Ultraperiféricas compartilham a mesma problemática para produzir a sua electricidade: a debilidade ou até mesmo a inexistência de redes interligadas, facto que implica uma dependência dos sistemas térmicos, a base da energia fóssil. Junto às outras fontes de energias renováveis (solar, eólica, geotérmica, hídrica), a exploração dos recursos marinhos apresenta um interessante potencial que convém quantificar. De modo que estas regiões estão comprometidas com uma política de inovação potente em forma de programa de investigação ou desenvolvimento de projectos inovadores no âmbito das energias renováveis para poder atenuar tais dificuldades.

Neste enquadramento nasce o projecto NRJRUP, liderado pelo Conselho Regional de Martinica, que visa avaliar o potencial dos recursos marinhos como fontes de energia renovável para a produção de electricidade nas RUP e propor cenários de desenvolvimento energético nas regiões em questão. O projecto realizou-se através de diversas fases: em primeiro lugar levou-se a cabo a definição das técnicas já desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento no mundo e o estudo das possibilidades de adaptação às RUP. Posteriormente, realizou-se análise dos resultados de produtividade das equipas existentes em cada Região com o objectivo de comprovar e fixar a ferramenta de avaliação da densidade da potência energética e elaborar um programa de valorização dos recursos marinhos para o conjunto das RUP, propondo as tecnologias mais adequadas e as zonas óptimas de implantação em cada Região.

Deste modo o projecto permitiu a publicação de um estudo de avaliação, a realização de um programa informático de modelização das técnicas mais apropriadas para a exploração dos recursos marinhos como fonte de energia renovável e a elaboração de um documento estratégico de execução para as RUP.

Os resultados do projecto foram apresentados na conferência final “As energias renováveis do mar nas Regiões Ultraperiféricas” que teve lugar de 23 a 25 de Outubro de 2007 em Fort-de-France, Martinica e na qual participaram representantes de todas as RUP, da Comissão Europeia, empresários e os consultores responsáveis pela realização do estudo. A conferência também permitiu o intercâmbio de experiências de projectos, realizados neste âmbito, assim como o debate, através de mesas redondas, sobre os desafios energéticos aos quais se enfrentam as RUP.



Os Acordos Comerciais e os seus Impactos sobre as RUP [RUPOMC].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Reunião	Todas as RUP	155.326 €	85%	22 meses

As consequências das negociações internacionais que leva a cabo a UE, nomeadamente no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre a política agrícola no referente a acordos comerciais de zona e evolução do SPG, terão um impacto directo no desenvolvimento das RUP, tendo em conta, por um lado a sua situação geográfica, e, por outro, o carácter aberto da sua economia e o peso dos produtos agrícolas nas suas exportações. Nomeadamente, a UE, no âmbito dos acordos de Cotonu, iniciou um ciclo de negociações visando alcançar uns Acordos de Parceria Económica (APE) compatíveis com as regras da OMC no horizonte de 2008.

O carácter inovador das propostas e o impacto potencial da liberalização do comércio sobre a economia das RUP requerem uma reflexão global e coordenada. Dada a complexidade dos ciclos de negociações abertos a nível internacional, o projecto RUPOMC visa: garantir o acompanhamento global no evoluir das negociações da OMC e, sobretudo, no âmbito dos APE, com o objectivo de definir os factores pertinentes para as RUP; bem como apoiar nas três zonas geográficas afectadas pelos acordos internacionais a direcção das reflexões regionais através de uma associação da informação e das propostas. Por último, valorizar o conteúdo futuro dos acordos comerciais de zona e o seu impacto nas RUP.

Os resultados permitirão às sete Regiões Ultraperiféricas incrementar as suas capacidades de análise e propostas no âmbito dos acordos

comerciais, nomeadamente no referente a países vizinhos imediatos, e a longo prazo favorecer a inserção e o desenvolvimento económico destas regiões.



Seminário RUP plus no âmbito de "Open Days", Outubro, 2005, Bruxelas.

A Política Marítima nas RUP [RUPMER].

Responsável	Participantes	Custo total	FEDER	Duração
Reunião	Todas as RUP	265.164 €	85%	22 meses

A Comissão Europeia decidiu elaborar um Livro Verde sobre a Política Marítima Europeia, dado o nível de oportunidades e desafios que apresenta a exploração e protecção destes recursos assim como o controlo dos riscos que incidem no desenvolvimento sustentável da União Europeia. Tendo em conta as características, especialmente geográficas, da ultraperiferia, o mar constitui uma dimensão estratégica a três níveis: económico, como fonte de recursos, nomeadamente o sector pesqueiro; de desenvolvimento sustentável, tendo em conta as incidências sobre o ambiente nas zonas costeiras e de transportes, devido à importância das rotas marítimas de abastecimento de mercadorias.

As RUP dão à UE uma dimensão marítima única devido à sua situação no Atlântico, no Caribe e no Oceano Índico e, tal e como assinala a Comissão Europeia, a UE conta com “o território marítimo mais vasto do mundo, se se têm em conta as suas RUP”. Os desafios no âmbito marítimo nestas regiões superam evidentemente o enquadramento único da PPC e concernem âmbitos tais como a investigação, o transporte e a segurança marítima, os ecossistemas, a prevenção de riscos, o desenvolvimento conjunto com terceiros países, etc. Desta forma, os objectivos principais do projecto RUPMER visaram a elaboração de uma reflexão comum com vista à criação de uma estratégia marítima integrada para as zonas ultraperiféricas.

Os trabalhos começaram com um seminário de lançamento organizado nos Açores a 22 de Junho de 2006 pelo Chefe de Fila do projecto, o Conselho Regional da Reunião. Tal evento, contou com a participação

de peritos de todas as RUP e do Conselho Científico da Conferência de Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM), serviu para determinar os temas prioritários no âmbito da Política Marítima como base para a contribuição conjunta que as RUP elaboraram posteriormente.

A conferência final do projecto “As Regiões Ultraperiféricas e a Política Marítima Europeia”, teve lugar nos dias 20 e 21 de Setembro de 2007, em Saint-Denis, Reunião. O programa esteve articulado em torno de diferentes temas: apresentação da contribuição comum das Regiões Ultraperiféricas ao Livro Verde sobre Política Marítima, a gestão sustentável dos recursos e dos espaços marinhos, a prestação das RUP nos âmbitos da investigação, inovação e competitividade e a bacia marítima como espaço de integração e de cooperação. A citada conferência contou com a participação do Comissário europeu de Pesca, Joe Borg, o Ministro de Agricultura e Pesca francês, Michel Barnier, o Vice-ministro de Pesca de Moçambique, Victor Manuel Borges e outros representantes da Comissão Europeia, a CRPM, as Universidades e as Regiões Ultraperiféricas, entre outros.

Os resultados do projecto RUPMER permitiu a apresentação de uma contribuição conjunta das RUP para o Livro Verde da Comissão sobre a Política Marítima assim como a redacção de uma proposta de aplicação de acções coordenadas para valorizar a dimensão marítima que oferecem à UE estas regiões.



Conferência final do projecto RUPMER, Saint-Denis, Reunião, Setembro, 2007.



OS AÇORES

Direcção Regional de Assuntos Europeus
e Cooperação Externa
Palácio da Conceição. Rua 16 de Fevereiro
9504-508 Ponta Delgada
AÇORES - PORTUGAL
Contacto: rodrigo.v.oliveira@azores.gov.pt

CANARIAS

Dirección General de Asuntos Económicos
con la UE
c/ Muelle de los Vapores s/n
35010 Las Palmas de Gran Canaria
ESPAÑA
Contacto: rup_plus@gobiernodecanarias.org

GUADALUPE

Conselho Regional de Guadalupe
Avenue Paul Lacavé
97109-Basse Terre
FRANCE
Contacto: jl.boucard@cr-guadeloupe.fr

GUIANA

Conselho Regional de Guayana
Cité administrative régionale
Carrefour de Suzini
Route de Montabo B.P. 7025
97307 Cayenne
FRANCE
Contacto: olivia.victor@cr-guyane.fr

MADEIRA

Direcção Regional de Assuntos
Europeus e Cooperação Externa
Rua Câmara Pestana- 17-2
9000-043 FUNCHAL
PORTUGAL
Contacto: fernandacardoso.vp@gov-madeira.pt

MARTINICA

Conselho Regional de Martinica
Rue Gaston Defferre
97200 Fort-de-France
FRANCE
Contacto: marie-claude.derne@cr-martinique.fr

REUNIÃO

Conselho Regional da Reunião
Hôtel de la Région. Avenue René Cassin
Moufia B.P. 7190
97719 Saint-Denis
MESSAG CEDEX 9
FRANCE
Contacto: patrick.guillaumin@cr-reunion.fr

SECRETARIADO TÉCNICO COMÚN

INTERREG IIIC SUR
Calle Cronista Carreres 11- 4ª
46003 Valencia
ESPAÑA
Contacto: sud@interreg3c.net

Edita:

Direcção Geral dos Assuntos Económicos com a União Europeia
Governo das Canárias

Coordenação Geral:

IMACO 89 S.L.

Fotografia:

Nacho Alonso

A.L. Aldai

AENA

Arquivo Regiões Ultraperiféricas

Desenho:

RED. Comunicación Gráfica S.L.

Imprime:

LINCA S.L.

D.L.: G.C. 1228-2008



Gobierno de Canarias



Governo da Madeira



Governo dos Açores



REGION
GUADELOUPE



REGION
GUYANE



REGION REUNION



REGION MARTINIQUE